



IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar

Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Apresentação oral - resumo

Realização



UNICAMP



INSTITUTO
Geração Amanhã

Acolhimento familiar de criança com deficiência: prioridade absoluta

Luci Mara Garcez Marin
Andreza De Souza Tigre

Ampliar a proporção de crianças e adolescentes acolhidos em família acolhedora em nível nacional é objetivo da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, garantindo a um número cada vez maior de crianças e adolescentes, o direito à convivência familiar e comunitária e o cuidado personalizado. Neste cenário surgem novos desafios para a qualificação dos serviços, como o acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência. Carvalho e Silva (2021) apresentam os fundamentos multidisciplinares para a eleição do acolhimento familiar como regra para o cuidado de crianças na primeira infância, destacando as contribuições da psicologia, da psicanálise, da medicina e das neurociências, que comprovaram a absoluta relevância dos vínculos afetivos e da convivência familiar para todas as crianças, especialmente durante o período da primeira infância, do nascimento aos seis anos de idade. Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato da experiência prática de um serviço de acolhimento familiar com uma criança de três anos com deficiência auditiva, prioridade absoluta ao somar a situação de acolhimento à presença de deficiência na primeira infância. Como método para apresentação deste trabalho foi utilizado o estudo de caso, no qual se utiliza o nome fictício Flora para a criança. No item resultados descreveu-se a trajetória da equipe do serviço e das famílias acolhedoras para se adaptarem à criança acolhida, a intensificação dos investimentos da equipe na família extensa e a reintegração familiar. Antes mesmo de ser acolhida, a equipe se ocupava de Flora, pois já havia sido informada sobre a indicação do acolhimento pela rede. Neste momento se iniciou a preparação para recebê-la e a escolha da família acolhedora mais indicada, que foi apontada por unanimidade pelas técnicas da equipe, uma família experiente, muito afetuosa, que também tinha uma criança pequena, cuja figura materna conhecia um pouco da linguagem de sinais. Planejar a chegada da criança no serviço de acolhimento é parte fundamental do trabalho da equipe. Valente (2013) explica que se trata de um momento de muita fragilidade, tanto para a criança quanto para a família, e que a equipe precisa se preparar e lidar de forma sensível com esse momento, ofertando um acolhimento inicial propício para o estabelecimento de vínculos de confiança, que contribuirão para a qualidade da convivência no espaço de proteção. Um dos pontos abordados durante a preparação foi planejar a recepção no serviço, levando em conta a dificuldade de comunicação decorrente da surdez, o que angustiou a equipe para além da experiência emocional impactante que habitualmente ocorre na chegada das



crianças ao serviço de acolhimento. Foi necessário oferecer acolhimento à criança e aos conselheiros tutelares, também afetados por aquela situação. Flora chegou ao serviço muito assustada e em precárias condições de higiene e cuidado, sem uma bolsa com roupinhas ou objetos pessoais. É sempre importante que os profissionais que executam o acolhimento, sejam conselheiros tutelares ou oficiais de justiça, fiquem atentos para requisitar além de documentos, receituários, medicações, roupas e pertences pessoais, os objetos de apego das crianças pequenas (paninho, cobertor), aqueles objetos transicionais descritos por Winnicott (1975), tão fundamentais na hora de dormir, para ajudá-las a se tranquilizar e atravessar com menos sofrimento os períodos em que estão longe de suas mães. Flora foi acolhida em razão de dependência química e situação de rua da genitora e de seu companheiro, após tentativas infrutíferas do Conselho Tutelar na busca de família extensa, pois a avó materna que já cuidava de outra neta, recentemente havia regressado para sua terra natal, uma pequena cidade do interior de um estado nordestino. Flora chegou ao serviço de acolhimento familiar no ano de 2021, portanto, ainda durante a pandemia do coronavírus, permanecendo acolhida por um ano e dois meses. Apesar dos esforços da equipe na busca ativa da genitora, esta nunca visitou a filha. O genitor, companheiro anterior da mãe, apresentava histórico de agressão contra ela e contra a criança e também não foi encontrado. A família extensa, representada pela avó materna, foi atendida à distância pela equipe e passou a realizar visitas por chamadas de vídeo, as quais se mostraram pouco efetivas, haja vista a instabilidade de conexão à rede, a tenra idade e a deficiência auditiva da criança. Considerando que a alteração de uma modalidade sensorial provoca mudanças qualitativas na construção do eu, pesquisas no campo da psicologia afirmam que o surdo vivencia uma condição de estrangeiro em relação à família e à sociedade (Bisol et al, 2008). Assim, no momento do acolhimento, Flora iria vivenciar duplamente a condição de estrangeira, tanto pela surdez, quanto pela brusca mudança na convivência familiar, da família de origem para a família acolhedora. Um fator facilitador foi que uma das técnicas já havia feito o curso de libras, sendo então destacada para ser a primeira a se aproximar de Flora. Durante o longo período de acolhimento, a família acolhedora adoeceu e necessitou de hospitalização, portanto, foi necessária a transferência entre famílias acolhedoras, mais um desafio para a pequena Flora e para todos os envolvidos. Em razão da excepcionalidade do caso, por se tratar de uma criança com deficiência auditiva somada a outros diagnósticos, que demandava a atuação de diversos especialistas em saúde (Otorrinolaringologista, Oftalmologista, Neuropediatra, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Fisiatra) e educação (Psicopedagoga e Professora de Libras), a equipe do serviço intensificou a articulação com os serviços realizando reuniões com os profissionais, acompanhando a

família acolhedora em consultas e viabilizando, sempre que possível, apoio logístico para as consultas em hospital de referência, tanto para a família acolhedora quanto para a família extensa, que compareciam juntas em diversas especialidades. O envolvimento da avó materna com o acolhimento da criança, participando efetivamente das ações construídas no Plano Individual de Atendimento (PIA) e acompanhando suas consultas e exames, tornou-se possível a partir de seu retorno para o município após sete meses do acolhimento, com vistas a obter a guarda da neta, mudança que viabilizou a intensificação dos investimentos na família extensa. O município em que a avó morava (nem os vizinhos) não contavam com os serviços de saúde de que a criança necessitava, vários ainda em fase de diagnóstico, tanto em relação à causa da deficiência (meningite), quanto em relação à gravidade e possível comprometimento de outras áreas do desenvolvimento. Mediante os atendimentos psicossociais, a avó compreendeu a importância de Flora ter garantido o direito de acesso à saúde de forma continuada, pois ela tinha o hábito de se mudar e circular por vários Estados, motivo de preocupação para as equipes do serviço de acolhimento e do setor técnico da Vara da Infância e Juventude (VIJ). A constante interlocução entre as técnicas do serviço de acolhimento, da VIJ e do Ministério Público contribuíram substancialmente para o enfrentamento dos desafios do acolhimento de Flora. Após alguns meses de acompanhamento sistemático da criança e sua avó materna, esta entendeu que, naquele momento, não conseguiria atender as demandas da criança sem abrir mão de sua atividade profissional. A partir deste momento, Flora se tornou prioridade na vida da avó e se iniciou o processo de aproximação visando a reintegração. Desta forma, foi desenhado um plano de desacolhimento com aproximação gradual que se intensificava ao longo de semanas, em que Flora passava parte do dia com a avó e a irmã, e a avó seguia acompanhando as consultas, exames e terapias juntamente com a família acolhedora. O planejamento e a execução de um plano gradual de desacolhimento, com foco na criança, bem como a inclusão da família de origem na rotina de cuidados de Flora contribuíram para uma transição tranquila no desacolhimento e possibilitaram à equipe observar os indicadores para uma reintegração segura. A permanência estendida, em alguns casos, bem como a continuidade das ações junto às crianças e suas famílias, podem ser alternativas no investimento da reintegração familiar (Baptista et al, 2019). Como conclusão, depreende-se que a criança com deficiência requer intensa implicação da equipe com os acompanhamentos de saúde, suporte sistemático à família acolhedora e especial atenção ao acompanhamento familiar em rede no período pós-desacolhimento.



Referências

BAPTISTA, R. F.; DAROS, L.; ZAMORA, M. H. Reintegração no contexto do Acolhimento Familiar: um estudo de caso. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 2, n.3, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1462>. Acesso em: 3 apr. 2023

BISOL, Cláudia A.; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. V.21, n.3, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300007>.

CARVALHO, Luciana Pereira Grumbach; SILVA, Viviane Alves Santos. O serviço de acolhimento familiar no Estado do Rio de Janeiro: como o Ministério Público pode impulsionar nova cultura para a proteção integral da primeira infância em acolhimento? *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro* nº 80, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2346109/Luciana+Pereira+e+Viviane+Alves.pdf>.

VALENTE, Jane. *Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento*. São Paulo: Paulus, 2013.

WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.